



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXV PALMAS, TERÇA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2015

Nº 2226



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Osires Damaso (DEM)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PR)

2º Vice-Presidente: Mauro Carlesse (PTB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (SD)

2º Secretário: Dep. Elenil da Penha (PMDB)

3º Secretário: Dep. Júnior Evangelista (PRTB)

4º Secretário: Dep. Olyntho Neto (PSDB)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reunião às quartas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdemar Júnior (PSD–Presidente), Wanderlei Barbosa (SD–Vice-Presidente), Nilton Franco (PMDB), Eduardo Siqueira Campo (PTB) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Toinho Andrade (PSD), Luana Ribeiro (PR), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Amélio Cayres (SD–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP– Vice-Presidente), Olyntho Neto (PSDB), Luana Ribeiro (PR) e Paulo Mourão (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB), Eduardo do Dertins (PPS) e Wanderlei Barbosa (SD)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reunião às terças-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Cleiton Cardoso (PSL–Presidente), Júnior Evangelista (PRTB–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reunião às terças-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Amália Santana (PT–Vice-Presidente), Rocha Miranda (PMDB), Toinho Andrade (PSD) e Vilmar de Oliveira (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Olyntho Neto (PSDB), Valdemar Júnior (PSD), Eduardo do Dertins (PPS) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reunião às quartas-feiras, às 14h.

MEMBROS EFETIVOS: Wanderlei Barbosa (SD–Presidente), Nilton Franco (PMDB–Vice-Presidente), Ricardo Ayres (PSB), Valdemar Júnior (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Luana Ribeiro (PR) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reunião às quartas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Rocha Miranda (PMDB–Presidente), Amélio Cayres (SD–Vice-Presidente), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB), Amália Santana (PT) e Vilmar de Oliveira (SD)

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reunião às quintas-feiras, às 15h.

MEMBROS EFETIVOS: Valdez Castelo Branco (PP–Presidente), Luana Ribeiro (PR–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Olyntho Neto (PSDB) e Amália Santana (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdemar Júnior (PSD), Mauro Carlesse (PTB) e Zé Roberto (PT)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reunião às quintas-feiras, às 8h.

MEMBROS EFETIVOS: Nilton Franco (PMDB–Presidente), Olyntho Neto (PSDB–Vice-Presidente), Valdemar Júnior (PSD), Luana Ribeiro (PR) e Zé Roberto (PT)

MEMBROS SUPLENTE: Rocha Miranda (PMDB), Júnior Evangelista (PRTB), Valdez Castelo Branco (PP), Mauro Carlesse (PTB) e Eduardo do Dertins (PPS)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reunião às quintas-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Ricardo Ayres (PSB–Presidente), Eduardo do Dertins (PPS–Vice-Presidente), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Wanderlei Barbosa (SD)

MEMBROS SUPLENTE: Olyntho Neto (PSDB), Valdemar Júnior (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB), Zé Roberto (PT) e Amélio Cayres (SD)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reunião às quintas-feiras, às 17h.

MEMBROS EFETIVOS: Amália Santana (PT–Presidente), Valdez Castelo Branco (PP–Vice-Presidente), Eli Borges (PROS), Júnior Evangelista (PRTB) e Mauro Carlesse (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Nilton Franco (PMDB), Ricardo Ayres (PSB), Toinho Andrade (PSD), Eduardo Siqueira Campos (PTB) e Paulo Mourão (PT)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reunião às terças-feiras, às 16h.

MEMBROS EFETIVOS: Vilmar de Oliveira (SD–Presidente), Rocha Miranda (PMDB–Vice-Presidente), Júnior Evangelista (PRTB), Toinho Andrade (PSD) e Eduardo Siqueira Campos (PTB)

MEMBROS SUPLENTE: Eli Borges (PROS), Ricardo Ayres (PSB), Cleiton Cardoso (PSL), Mauro Carlesse (PTB) e Amélio Cayres (SD)

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquígrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 55/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Paulo Ricardo – IPR.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto Paulo Ricardo – IPR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Paulo Ricardo – IPR, constituído em 23 de junho de 2013, situado provisoriamente à Av. Bernardo Sayão, nº 1.411, Centro, Colinas-TO, é uma entidade, sem fins lucrativos e econômicos, que tem por principais finalidades: promover a paz, a justiça, a educação, a saúde, a cultura, o desporto e a arte.

Por seus atributos, o Instituto Paulo Ricardo – IPR é apresentado a esta Casa Legislativa para ser considerado de Utilidade Pública e, por esta medida, ser beneficiário de maiores possibilidades para consecução dos seus projetos sociais.

Diante do exposto, solicito a aprovação do Projeto de Lei pelos nobres Colegas Deputados.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2015.

LUANA RIBEIRO

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 56/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Araguainense, do Município de Araguaína-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Desportiva Araguainense, do Município de Araguaína-TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Desportiva Araguainense, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por estatuto social próprio, inscrita sob CNPJ nº 07.205.880/0001-81, com sede na Rua Rio de Janeiro, 1.064, sala 39, 2º andar, Centro, município de Araguaína-TO, em situação encontra-se regular e em pleno funcionamento.

Já viabilizando várias parcerias, convênios e contratos com órgãos públicos e empresas privadas para atender ao público esportivo, tem por finalidade, entre outras, organizar eventos esportivos, com o objetivo de incentivar o esporte e o lazer à população tocantinense.

Portanto, cumpre a esta Casa de Leis envidar esforços para tornar essa promissora liga de Utilidade Pública Estadual, objeto do presente Projeto de Lei, com o atendimento observando às normas legais vigentes.

Desta feita, plenamente justificada pela relevância social, conto com a aquiescência dos demais Pares desta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

VALDEREZ CASTELO BRANCO

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 57/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Esportiva Regional de Augustinópolis – Lera, do município de Augustinópolis-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Liga Esportiva Regional de Augustinópolis – Lera, de Augustinópolis-TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Liga Esportiva Regional de Augustinópolis – Lera, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é regida por estatuto social próprio, inscrita no CNPJ sob o nº 10.140.264/0001-02, com sede na Avenida Central, nº 18, Centro, município de Augustinópolis-TO, encontra-se regularmente legalizada e em pleno funcionamento.

A Liga Esportiva Regional de Augustinópolis – Lera já vem viabilizando várias parcerias, convênios e contratos com órgãos públicos e empresas privadas, a fim de atender ao público esportivo. Tem por finalidade, entre outras, organizar eventos esportivos, visando incentivar o esporte e o lazer à população tocantinense.

No desenvolvimento de suas atividades, a Liga Lera tem observado e sempre observará os princípios básicos do Direito Administrativo, ou seja, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência, e nunca fez nem fará discriminação de qualquer natureza, seja ela de raça, cor, gênero ou religião.

Portanto, cumpre a esta Casa de Leis envidar esforços de sua alçada para tornar esta promissora Liga de Utilidade Pública Estadual, objeto do presente Projeto de Lei, observando as normas legais vigentes.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

AMÉLIO CAYRES

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 58/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Recreativa Esportiva Pirraça Futebol Clube – Combinado-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Recreativa Esportiva Pirraça Futebol Clube de Combinado - TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Honrosamente submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei com que objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Recreativa Esportiva Pirraça Futebol Clube, com sede e foro no Município de Combinado, neste Estado.

A Associação, sem fins lucrativos, tem como objetivos:

- promover programas de incentivo à educação, cultura, saúde, assistência social, habilitação, recreação e esportes;

- promover a prática esportiva para crianças de baixa renda, com objetivo de inclusão social, despertando interesse e habilidades com o fim maior de afastá-las da rua e da ociosidade, realizando atividades físicas e a prática esportiva;

- incentivar a criação de Associações ou Escolas de Futebol, e registrá-las na respectiva Associação;

- incentivar a formação de parcerias entre as Escolas/Associações e patrocinadores;

- veicular através da mídia esportiva as marcas dos parceiros neste empreendimento, vinculadas à imagem salutar do futebol;

- incentivar a formação de equipes na categoria principal e desenvolver um trabalho de elevado nível técnico, compatível com os investimentos feitos na mesma;

- possibilitar o intercâmbio desta equipe com as demais categorias já trabalhadas pela escola, de forma a favorecer a melhoria do rendimento desta e uma permanente renovação de valores para a categoria principal;

- participar, como sujeitos, do processo de crescimento do futebol no Estado do Tocantins, fazendo-se representar cada vez melhor no cenário esportivo nacional.

Considerando os objetivos desta Associação na tutela e na propagação da filantropia, é que conclamo os ilustres Pares para o apoio e aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

VALDEMAR JÚNIOR

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 59/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual o Grande Oriente do Brasil – Tocantins-GOB-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grande Oriente do Brasil – Tocantins-GOB-TO. É uma instituição maçônica com a personalidade jurídica de direito privado, formada pela união das Lojas e Triângulo Maçônicos Regulares, a ele jurisdicionados, simbólica, regular, legal e legítima, sem fins lucrativos, com sede e foro em Palmas, Estado do Tocantins, de duração indeterminada, que tem por finalidade o progresso e o desenvolvimento da maçonaria no Tocantins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Grande Oriente do Brasil Tocantins-GOB-TO é uma instituição essencialmente de iniciativa filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista, cujos fins são: liberdade, igualdade e fraternidade.

Ele proclama a prevalência do espírito sobre a matéria, pugnando pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade, proclamando que os homens são livres e iguais em direitos e que a tolerância constitui o princípio cardinal nas relações humanas, para que sejam respeitadas as convicções e a dignidade de cada um, defendendo a plena liberdade de expressão do pensamento como direito fundamental do ser humano, observada a correlata responsabilidade; reconhece o trabalho como dever social e direito inavaliável; considera irmãos todos os Maçons, quaisquer que sejam suas raças, nacionalidades, convicções ou crenças; sustenta que os Maçons, têm os seguintes deveres essenciais: amor à família, fidelidade e devotamento à Pátria e obediência à Lei; determina que os Maçons estendam e liberalizem os laços fraternais que os unem a todos os homens esparsos pela face da Terra; recomenda a divulgação de sua doutrina pelo exemplo e pela palavra; combate permanentemente o recurso à força e à violência para consecução de quaisquer objetivos; defende que nenhum Maçom seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da Lei; condena a exploração do homem, os privilégios e as regalias, enaltecendo, porém, o mérito da inteligência e da virtude, bem como o valor demonstrado na prestação de serviços à Ordem, à Pátria e à Humanidade; afirma que o sectarismo político, religioso e racial é incompatível com a universalidade do espírito maçônico; combate a ignorância, a superstição e a tirania; proclama a existência de um princípio criador: o Grande Arquiteto do Universo, que é Deus.

Isto posto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2015.

NILTON FRANCO

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 61/2015

Declara de Utilidade Pública Estadual o “Instituto Tocantins Hoje – ITH” situado em Araguaína (TO).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o “Instituto Tocantins Hoje – ITH” situado em Araguaína (TO).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Tocantins Hoje – ITH, criado em 10 de abril de 2003, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos ou políticos partidários, com total autonomia e com prazo de duração indeterminado, reger-se-á doravante por Estatuto e pela legislação vigente tem sede na Avenida São Francisco, nº 2257, Quadra 15, Lote 13, Casa 02 – Araguaína Sul.

O ITH tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida das pessoas

carentes, através de execução de ações e projetos como, executar serviços de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeita aos valores éticos e sociais em desenvolvimento geral da comunidade. Já são 12 anos em atividade na cidade de Araguaína ajudando no desenvolvimento econômico e combate à pobreza, trabalhando também na promoção da educação da saúde, incluindo prevenção de HIV-AIDS e consumo de drogas.

A dedicação às atividades no estatuto do ITH são todas por meio de doação de recurso e voluntariado.

Pela Magnitude social relativa às atividades desenvolvidas pelo referido instituto, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 2015.

ELENILDA PENHA

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

15 de abril de 2015

Ata da Terceira Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e cinquenta e nove minutos do dia quinze do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Vilmar do Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, José Bonifácio, Rocha Miranda, Toinho Andrade e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, Matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 40/2015, originário da Medida Provisória número 12/2015, de autoria da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 157/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2015, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 57/2015; o qual, votado nominalmente, foi aprovado com dezessete votos

favoráveis, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e dezessete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

22 de abril de 2015

Ata da Quarta Sessão Extraordinária

Às dezessete horas e onze minutos do dia vinte e dois do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Amélio Cayres, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Zé Roberto e da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Toinho Andrade, Vilmar do Oliveira, Wanderlei Barbosa e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expediente a ser lido, Matérias a apresentar, oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 4/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – Refis e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 177/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e dezesseis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

22 de abril de 2015

Ata da Quinta Sessão Extraordinária

Às dezessete horas e dezessete minutos do dia vinte e dois do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Amélio Cayres, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Zé Roberto e da Senhora

Deputada Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Olyntho Neto, Toinho Andrade, Vilmar do Oliveira, Wanderlei Barbosa e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, Matérias a apresentar, oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 4/2015, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – Refis e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 177/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafos. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e vinte minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

29 de abril de 2015

Ata da Sexta Sessão Extraordinária

Às dezenove horas do dia vinte e nove do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Paulo Mourão, Toinho Andrade e Wanderlei Barbosa. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo Expediente a ser lido, Matérias a apresentar, passou-se às Comunicações. Usou a tribuna o Senhor Deputado Valdemar Júnior. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 3/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 49, de 19 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 78/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 120, de 29 de abril de 2015, e à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 4/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 50, de 22 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 79/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia

Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 121, de 29 de abril de 2015, e à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 5/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “Dispõe sobre a regulamentação das relações jurídicas e atos praticados com base na Medida Provisória número 51, de 22 de dezembro de 2014”, que deu origem ao Processo número 81/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 122, de 29 de abril de 2015, e à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 6/2015, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 7, de 3 de março de 2015”, que deu origem ao Processo número 63/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 123, de 29 de abril de 2015, e à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 11/2014, de autoria da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “Disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória número 17, de 20 de maio de 2014”, que deu origem ao Processo número 214/2014; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga o Decreto Legislativo número 119, de 29 de abril de 2015, e à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário **Presidente** **2º Secretário**

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

30 de abril de 2015

Ata da Sétima Sessão Extraordinária

Às doze horas e dois minutos do dia trinta do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Osires Damaso, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Elenil da Penha, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Olyntho Neto, Valdemar Júnior, Vilmar do Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontrase licenciado o Senhor Deputado Toinho Andrade. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eli Borges, Nilton Franco, Paulo Mourão, Ricardo Ayres e Rocha Miranda e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foi entregue o Requerimento que recebeu o número 1.114. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi

anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 1/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, altera o artigo 1º e anexo único da Lei número 2.612/2012, que deu origem ao Processo número 191/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 2/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera dispositivos dos arts. 3º, 4º, 5º e acrescenta os arts. 6-A, incisos, art. 12 e art. 12-A na Resolução 276, de 9 de dezembro de 2009 e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 188/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que promulga a Resolução número 317, de 30 de abril de 2015. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 3/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da estrutura da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinetes de Deputados”, que deu origem ao Processo número 189/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga a Resolução número 318, de 30 de abril de 2015. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 4/2015, de autoria da Mesa Diretora, que “Dispõe sobre a estrutura administrativa e dos cargos em Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, estabelecendo atividades e competências dos órgãos que a compõem e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 190/2015; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Tocantins, que promulga a Resolução número 319, de 30 de abril de 2015. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário**

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Sétima Reunião Ordinária

12 de maio de 2015

Às quinze horas, do dia doze de maio de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos, Wanderlei Barbosa, Valdemar Júnior e Zé Roberto. Estava ausente o Senhor Deputado Nilton Franco. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Distribuição de Matérias e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Processos números: 222/2015, 224/2015 e 225/2015; Zé Roberto, Processo número 216/2015; Wanderlei Barbosa, Processo número 221/2015 e Eduardo Siqueira Campos, Processos números: 215/2015, 217/2015, 218/2015 e 226/2015. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 185/2015 e 186/2015, Deputado Valdemar Júnior; 454/2014, 72/2015, 73/2015, 106/2015, 124/2015 e 147/2015, Deputado Eduardo Siqueira Campos; 371/2014, 478/2014, 180/2015 e 183/2015, Deputado Zé Roberto; 152/2015, 170/2015 e 194/

2015, Deputado Wanderlei Barbosa; 239/2013, 153/2014, 490/2014 e 173/2015, relatados pelo Deputado Nilton Franco e devolvidos pelo Deputado Zé Roberto. Em seguida, o Presidente suspendeu a Reunião por dois minutos, sendo reaberta às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Na Ordem do Dia, após a leitura dos pareceres dos relatores, os Processos números: 170/2015, 173/2015 e 186/2015, foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; o Processo 152/2015 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público; os Processos números: 239/2013, 153/2014, 371/2014, 478/2014, 490/2014 e 185/2015 foram aprovados e encaminhados ao Plenário; os Processos números: 180/2015 e 194/2015 foram aprovados e encaminhados ao Arquivo; o Processo número 183/2015 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e, ainda, foram retirados de pauta pelo relator, Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, os Processos números: 454/2014, 72/2015, 73/2015, 106/2015, 124/2015 e 147/2015. Por solicitação verbal do Senhor Deputado Zé Roberto, foi aprovada a realização de Audiência Pública nesta Comissão, no dia dezoito do corrente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Sétima Reunião Extraordinária

19 de maio de 2015

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Eduardo Siqueira Campos e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Nilton Franco e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que foi lida e aprovada pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matéria e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Processos números 64/2015 e 236/2015; Zé Roberto, Processo número 228/2015; e Eduardo Siqueira Campos, Processos números 233/2015 e 234/2015. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números 454/2014 e 217/2015, Deputado Eduardo Siqueira Campos; 224/2015 e 225/2015, Deputado Valdemar Júnior. Na Ordem do Dia, após a leitura dos pareceres, o Processo número 454/2014 foi aprovado e encaminhado ao Plenário; o Processo número 217/2015 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Eduardo Siqueira Campos e encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle e os Processos números 224/2015 e 225/2015 foram aprovados os pareceres e encaminhados ao Arquivo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Audiência Pública para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Oitava Reunião Extraordinária

27 de maio de 2015

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos, do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta

Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Nilton Franco, Valdemar Júnior Zé Roberto e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias, e o Senhor Deputado Zé Roberto devolveu os Processos números 242/2015 e 243/2015. Na Ordem do Dia, foram lidos e aprovados os pareceres dos processos acima mencionados, os quais foram encaminhados à Comissão de Finanças Tributação Fiscalização e Controle. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Nona Reunião Extraordinária
27 de maio de 2015

Às nove horas e trinta e sete minutos, do dia vinte e sete de maio de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Nilton Franco, Valdemar Júnior Zé Roberto e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo Siqueira Campos e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Valdemar Júnior, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias, e foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Valdemar Júnior, Processos números 62/2015 e 241/2015; e Zé Roberto, Processos números 153/2015, 223/2015, 235/2015, 242/2015 e 243/2015. Na Devolução de Matéria, foram devolvidos os Processos números: 452/2014, 455/2014 e 222/2015, pelo Deputado Valdemar Júnior; 463/2014, pelo Deputado Nilton Franco, e o Senhor Deputado Zé Roberto devolveu o Processo número 77/2015, que estava com vista ao Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na Ordem do Dia, após a leitura dos pareceres dos respectivos relatores, os Processos números: 452/214, 455/2014, 463/2014 e 77/2015 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 77/2015 foi aprovado com o parecer do relator e teve rejeitados os pareceres de vista apresentados pelos Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Wanderlei Barbosa; e o Processo número 222/2015 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA Nº 105/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 244, de 21 de dezembro de 2005 e em consonância com a Portaria nº 59 - P, de 25 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da Avaliação Especial de Desempenho Funcional, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2015, dos servidores abaixo relacionados:

Mat.	Servidor	Nota
129	ADILSON GOMINGOS DA CRUZ	79
336	ANA ALVES MARTINS	80
158	CLEIDA ALVES DOS SANTOS	87
808	GREYCE FERREIRA ANDRADE	90
158	JOSÉ SILVA NEVES	83
758	JOSÉ VALDEMIR DE CARVALHO VERAS	81
748	LIVIA SOUSA LIMA	90
262	MARIA BETANIA DO SOCORRO MOURA	90
212	MEIRE MAIRA MONTEIRO DOS REIS	78
167	MICHELLA SOARES COELHO ARAÚJO	78
67	OSVALDO CORREIA DE MELO FILHO	83
743	PAULO FERREIRA DE ARAÚJO	88
343	REGINA CHAVES DOS REIS	90
62	SANDRA MARIA PIRES MILHOMEM	74
289	SHIRLEI DE AMORIM PROSPERO	86

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de maio de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 106/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Resolução nº 244, de 21 de dezembro de 2005 e em consonância com a Portaria nº 59 - P, de 25 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final da Avaliação Especial de Desempenho Funcional referente ao biênio 2014/2015, do servidor:

Matrícula	Nome do Servidor	Biênio		Média
		2013	2014	
758	JOSÉ VALDEMIR DE CARVALHO VERAS	84	81	82,5
748	LIVIA SOUSA LIMA	83	90	86,5
62	SANDRA MARIA PIRES MILHOMEM	85	74	79,5
268	SORAYA DE FATIMA SALES DOS REIS	77	78	77,5

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de maio de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 107/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, inciso IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 2º, do Decreto Administrativo nº 087, de 20 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento de 50% do décimo terceiro salário a título de adiantamento aos servidores abaixo relacionados, por ocasião do aniversário no mês de junho de 2015.

Mat.	Servidor
276	Clélia Maria do Carmo
17	Domingas Lira dos Reis
20	Elizabeth Gonzaga da Silva Souza
156	João Pedro Alves de Brito

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de maio de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 108/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Cleiton Cardoso**, o servidor **Marcelo da Costa Barros**, matrícula nº 786620-1, integrante do quadro de pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins - PMTO, cedido a este Poder Legislativo, através da Portaria nº 480 – CSS, de 27 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.369, de 07 de maio de 2015, pelo período de 11 de março a 31 de dezembro de 2015, com ônus para o órgão de origem.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de maio de 2015.

Antonio Ianowich Filho
Diretor Geral

PORTARIA Nº 128/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, outorgado pelo Decreto Administrativo nº 656, de 18 de maio de 2015, do Presidente da Assembleia Legislativa, com fulcro no Art. 96, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Maternidade à servidora comissionada **Ingrid de Brito Barros Valadares**, matrícula nº 10323, Assessor Parlamentar, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, no período de 17/04/2015 a 13/10/2015, com base no despacho nº 00244/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 28 dias do mês de maio de 2015.

Rodrigo Rodrigues Nascimento
Diretor Geral substituto

PORTARIA Nº 133/2015 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, IX, da Resolução nº 319, de 30 de abril 2015, com base no Art. 1º, da Portaria nº 097, de 15 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR no Gabinete do Deputado **Valdemar Júnior**, o servidor **Reinaldo Pereira da Silva**, matrícula nº 105, Auxiliar Legislativo – Administrativo, a partir do dia 1º de fevereiro de 2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 2 dias do mês de junho de 2015.

Rodrigo Rodrigues Nascimento
Diretor Geral substituto

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)
Amélio Cayres (SD)
Cleiton Cardoso (PSL)
Eduardo do Dertins (PPS)
Eduardo Siqueira Campos (PTB)
Elenil da Penha (PMDB)
Eli Borges (PROS)
Jorge Frederico (SD)
José Bonifácio (PR)
Júnior Evangelista (PRTB)
Luana Ribeiro (PR)
Mauro Carlesse (PTB)

Nilton Franco (PMDB)
Olyntho Neto (PSDB)
Osires Damaso (DEM)
Paulo Mourão (PT)
Ricardo Ayres (PSB)
Rocha Miranda (PMDB)
Toinho Andrade PSD
Valdemar Júnior (PSD)
Valderez Castelo Branco (PP)
Vilmar de Oliveira (SD)
Wanderlei Barbosa (SD)
Zé Roberto (PT)



PROCURE O **HEMOTO** DIRETORIA DE SAÚDE
Hemorrede do Estado do Tocantins